

## COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

### SUGESTÃO Nº 146, DE 2005

Atendimento pelo SUS. Lei 8080/90.

**Autor:** Conselho de Defesa Social de Estrela  
do Sul - CONDESESUL

**Relatora:** Deputada Luiza Erundina

#### I - RELATÓRIO

A presente sugestão foi apresentada à Comissão de Legislação Participativa em outubro de 2005. No que tange à área de saúde, foram aventadas três propostas agrupadas em uma única sugestão de projeto de lei. Pretende-se estabelecer atendimento preferencial no Sistema Único de Saúde (SUS) aos carentes e aos que não têm planos privados de saúde, restringir a responsabilidade do SUS apenas a tratamentos no território brasileiro e obrigar a apresentação de receita assinada por médico vinculado ao SUS para o fornecimento de medicações pelo setor público.

Os autores justificam a primeira proposta alegando a necessidade de se tratarem os desiguais na medida de suas desigualdades, sem, no entanto, impedir o acesso dos mais abastados ao atendimento. Afirmam ainda que a Constituição Federal não assegura gratuidade de atendimento para todos. Dessa forma, tanto o atendimento preferencial quanto a limitação dos atendimentos ao território nacional buscariam a equidade na assistência. Já a exigência de receita assinada por médico ligado ao SUS para o fornecimento de medicações poderia reduzir fraudes.



50C2BC2900

## II - VOTO DA RELATORA

### CONHECIMENTO

Seguindo o estabelecido no art. 32, XVII, “a”, do Regimento Interno desta Casa, esta sugestão de iniciativa legislativa deve ser conhecida, pois trata-se de proposta oferecida por sociedade filantrópica sem fins lucrativos, podendo ser classificada como “entidade organizada da sociedade civil”.

### MÉRITO

Analisaremos as três proposições apresentadas distintamente. Na sugestão de §3º para o art. 4º da Lei 8.080/90, propõe-se que o SUS estabeleça atendimento preferencial aos carentes e aos que não possuem planos privados de saúde.

A Constituição Federal brasileira, em seu art. 196, afirma que a saúde é direito de todos e dever do Estado e assegura acesso universal e igualitário às ações e aos serviços de saúde. O SUS objetiva, assim, estruturar a rede de ações e serviços públicos de saúde de forma a garantir o cumprimento do preceito constitucional. É fato, porém, que a simples formulação em lei de um direito não implica efetividade em sua implementação; são inegáveis as dificuldades enfrentadas pela população quando necessita atendimento nas unidades públicas de saúde. Ainda mais, neste caso, como em tantas outras situações, a população mais carente apresenta maior vulnerabilidade.

Dessa forma, justifica-se a preocupação exarada nas sugestões apresentadas pelo CONDESESUL. O Conselho manifesta justa preocupação com o cumprimento de um dos princípios basilares do SUS, a equidade. Nesse sentido, iniciativas que garantam acesso da população mais carente aos serviços públicos de saúde vêm cooptar-se inequivocamente aos princípios do SUS.

Ocorre, no entanto, que a Carta Magna, exatamente por assegurar acesso igualitário aos serviços de saúde, impede qualquer forma de privilégio, por mais justa que possa parecer. O único critério plausível para concessão de atendimento preferencial em uma unidade de saúde é o clínico, antepondo o atendimento de pacientes em situação de emergência ou urgência ao daqueles com quadros de menor gravidade.



50C2BC2900

Dessa forma, a sugestão, além de desvirtuar a concepção do SUS, apresenta vício de inconstitucionalidade.

Na sugestão de §4º para o art. 4º da Lei 8.080/90, afirma-se que o SUS somente será responsável por tratamentos de saúde no território brasileiro. Em que pese a Constituição federal não se posicionar explicitamente quanto a esse ponto, pode-se inferir que o direito universal à saúde implique direito também a tratamentos que somente sejam disponíveis em outros países, mas que sejam comprovadamente eficazes. Dessa forma, a proibição na lei desse direito não nos parece conduta razoável.

Ademais, salientamos que já tramitam na Casa vários projetos de lei que tratam do assunto. Tais proposições apresentam posições discordantes; enquanto algumas tencionam proibir o custeio de tratamentos no exterior, outras posicionam-se favoráveis a tal prática. Dessa forma, o assunto já está contemplado na pauta legislativa e qualquer proposição semelhante resultaria inócua uma vez que seria apensada, conforme preconiza o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Já a sugestão do art. 4º-A da Lei 8.080/90 pretende que o fornecimento de remédios pelo setor público seja vinculado à apresentação de receita assinada por médicos conveniados ou pertencentes ao quadro do SUS. A proposta visa a permitir melhor controle do fornecimento da medicação.

Essa medida já é prática usual em várias unidades do SUS, ainda que não haja dispositivo legal específico que a regule. De fato, pode-se entender que, se a Lei nº 8.080/90 assegura atendimento integral pelo SUS, resta subentendido que a prescrição dos medicamentos por ele custeados deva ser também originada dentro do sistema. Tal regulamento, contudo, não é matéria de lei federal, pois trata de uma norma operacional do SUS. Dessa forma, apresentamos Indicação ao Poder Executivo, sugerindo a adoção da medida proposta.

Considerando o acima exposto, manifestamo-nos contrários



50C2BC2900

à transformação dos §§ 3º e 4º do art 4º da Sugestão nº 146/2005 em proposição legislativa desta Comissão, e favoráveis à transformação do seu art. 4º-A em indicação ao Poder Executivo, que apresentamos a seguir.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2006.

Deputada Luiza Erundina  
Relatora



50C2BC2900

## REQUERIMENTO

(Da Sra. Luiza Erundina)

Requer o envio de Indicação ao Poder Executivo, relativa ao fornecimento de remédios pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 113, inciso I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiero a V. Exª. seja encaminhada ao Poder Executivo a Indicação em anexo, sugerindo que o fornecimento de remédios pelo setor público seja vinculado obrigatoriamente à apresentação de receita assinada por médico conveniado ou pertencente ao quadro do SUS.

Sala das Sessões, em        de        de 2006.

Deputada Luiza Erundina



50C2BC2900

**INDICAÇÃO Nº      , DE 2006**  
**(Da Sra. Luiza Erundina)**

Sugere que o fornecimento de remédios pelo setor público seja vinculado obrigatoriamente à apresentação de receita assinada por médico conveniado ou pertencente ao quadro do Sistema Único de Saúde (SUS).

Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde:

Considerando que os recursos destinados ao SUS apresentam-se insuficientes para assegurar o perfeito cumprimento de todas as suas atribuições, mostra-se fundamental o desenvolvimento de mecanismos efetivos para garantir seu bom gerenciamento.

O custeio de medicamentos pelo SUS implica comprometimento de parte importante do orçamento da saúde. Dessa forma, sugerimos que se vincule o fornecimento de medicamentos pelo SUS à apresentação de receita assinada por médico conveniado ou pertencente ao seu quadro. Com tal medida, tencionamos tanto melhorar o planejamento do setor quanto minimizar a possibilidade de fraudes no sistema.

Ressaltamos que a presente sugestão foi apresentada pelo Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul (CONDESESUL) à Comissão de Legislação Participativa desta Câmara dos Deputados em outubro de 2005, onde vem sendo analisada desde então.

Sala das Sessões, em      de      de 2006.

Deputada Luiza Erundina



50C2BC2900